



MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

EDITAL

CARLOS EDUARDO DA SILVA E SOUSA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA: -----

FAÇO PÚBLICO, nos termos do n.º 1 do artigo 56º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10/02/2016, tomou as deliberações aprovadas em minuta, cuja cópia se anexa.-----

E para que não se alegue desconhecimento, se publica este Edital e outros de idêntico teor, que vão ser afixados nos locais de estilo e no *site* do município.-----

Albufeira, 10 de fevereiro de 2016

O Presidente da Câmara



Carlos Silva e Sousa



Minuta da acta da reunião de câmara de 10 de fevereiro de 2016

Ao décimo dia do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Albufeira, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião ordinária sob a presidência do seu presidente, senhor **Carlos Eduardo da Silva e Sousa**, achando-se presentes o vice-presidente, senhor **José Carlos Martins Rolo** e os vereadores, senhores **Célia Maria Calado Pedroso**, **Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal da Silva**, **Rogério Pires Rodrigues Neto** e **Sérgio Santos Brito**.

Não participaram a senhora vereadora **Marlene Martins Dias da Silva**, que, conforme informação veiculada anteriormente pelo senhor presidente, se encontra doente e o senhor vereador **Rogério Pires Rodrigues Neto**, que conforme documento apresentado se encontra em gozo de férias, e cujas faltas a câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas.

Secretariou a diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, **Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha**.

Da ordem de trabalhos, cuja convocatória foi atempadamente distribuída a cada um dos membros deste Executivo, constavam os seguintes pontos:

1 – ACTAS

1.1 – Confirmação da aprovação da acta da reunião realizada no dia 16 e 23 de dezembro de 2015.

Foram confirmadas, por unanimidade.

2 – SALDOS

2.1 – Conhecimento dos saldos em dinheiro segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia 8/02/2016.

Foi tomado conhecimento.

3 - LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES

4 – DESPACHOS DO PRESIDENTE E DOS VEREADORES E PAGAMENTOS AUTORIZADOS E EFETUADOS

4.1 – Tomada de conhecimento das decisões proferidas pelo presidente e pelos vereadores no uso de competências delegadas ou subdelegadas pela câmara municipal, bem como de pagamentos autorizados e efetuados.

Foi tomado conhecimento.

5 – INFORMAÇÕES

6 – COMISSÃO DE SERVIÇO

6.1 – Tomada de conhecimento do teor do despacho proferido pelo presidente da câmara que determinou a renovação da comissão de serviço do Comandante Operacional Municipal.

Foi tomado conhecimento.

7 – PEDIDOS DE TRANSPORTE

7.1 – Ratificação do despacho proferido pelo presidente da câmara que autorizou a disponibilização do transporte solicitado por várias entidades. -----
Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente.-----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vice-presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Imortal Desportivo Clube, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo quadragésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala. -----

7.2 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando a disponibilização do transporte solicitado por diversas instituições. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a atletas e a munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de 60% a que se refere o n.º 3 do artigo 120º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

Mais foi deliberado solicitar aos serviços o enquadramento global para o período de tempo em causa das disponibilidades existentes em sede de tempo que permita aliviar o recurso a trabalho suplementar destes transportes em datas e horários alternativos que possibilitem a eventual alteração das datas e horários ora aprovados. -----

Não estava presente o senhor vice-presidente, que a seguir à votação regressou à sala.-----

7.3 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando a disponibilização do transporte solicitado pelo **Futebol Clube de Ferreiras**. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

8 – APOIOS-----

8.1 – Ratificação do despacho proferido pelo presidente da câmara que determinou a prestação de apoio à **EB 1 n.º 1 de Albufeira** na realização de desfile de Carnaval. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente.-----

8.2 – Ratificação do despacho proferido pelo presidente da câmara que determinou a prestação de apoio à **CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albufeira** na realização de uma reunião da sua comissão alargada. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente.-----

8.3 – Ratificação do despacho proferido pelo presidente da câmara que determinou a prestação de apoio à **Cruz Vermelha Portuguesa Delegação Silves-Albufeira** no âmbito da realização do Corta-Mato Regional.-----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente.-----

8.4 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando apoiar a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo na realização da 42.ª Volta ao Algarve em Bicicleta. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

9 – FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS-----

9.1 – Ajuste Direto – Regime Geral para Aquisição de Serviços de Medicina do Trabalho, Prestados por Profissional Habilitado – Apreciação e deliberação sobre proposta da vereadora Ana Vidigal visando a emissão de parecer prévio vinculativo, aprovação das peças do processo, abertura do respetivo procedimento e designação dos elementos do júri. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

10 – DIREITO DE PREFERÊNCIA-----

10.1 – Ratificação do despacho proferido pelo presidente da Câmara que determinou não exercer o direito de preferência na venda de uma fração. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.-----

11 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA-----

11.1 - Apreciação e deliberação sobre requerimento de Luís Filipe Mendonça dos Reis relacionado com ocupação de espaço público com toldo. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta e nos termos da informação, manifestar a intenção de indeferir por incumprimento do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Albufeira, e, para cumprimento do estabelecido nos artigos décimo segundo, centésimo vigésimo primeiro e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao requerente o prazo de dez dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto.-----

Após o qual, mantendo-se o indeferimento deverá ser removida a estrutura em apreço, a coberto do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do citado regulamento, uma vez que a estrutura foi colocada sem o respetivo licenciamento deverá ser elaborado auto de notícia pela DPMV, por ilícito contraordenacional, por violação ao constante no n.º3 do artigo 8.º do "Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Albufeira". -----

12 – INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE APOIOS DE PRAIA-----

12.1 – Apreciação e deliberação sobre pedido de ocupação de DPM para instalação de um apoio recreativo na praia da Rocha Baixinha Nascente entre a UB1 e a UB2, solicitado pela Capitania do Porto de Portimão. -----

Foi deliberado, por unanimidade, emitir parecer desfavorável.-----

13 – CANDIDATURAS AO PROGRAMA ESCOLHAS 6.ª GERAÇÃO-----

13.1 – Tomada de conhecimento da aprovação do Projeto Pescador de Sonhos E6G, da APEXA – Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve, no âmbito do Programa Escolhas 6.ª Geração. -----

Foi tomado conhecimento do Projeto Pescador de Sonhos E6G e do termo de

aceitação da aprovação da Candidatura ao Programa Escolhas.-----

14 – FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS-----

14.1 – Tomada de conhecimento dos contratos de aquisição de serviços celebrados ao abrigo do n.º 14 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em cumprimento da deliberação camarária de 11 de fevereiro de 2015.-----

Foi tomado conhecimento.-----

14.2 - Aquisição de serviços para a elaboração do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Albufeira (PARU) - Apreciação e deliberação sobre o Relatório Final e aprovação da minuta do contrato.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor do relatório, adjudicar o ajuste direto à concorrente Quartenaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A., pelo valor de 15.000 euros, acrescido de IVA.-----

Mais foi deliberado aprovar a minuta do contrato.-----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vice-presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira, CRL, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo quadragésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala.-----

15 – ADITAMENTOS AOS CONTRATOS DE CONDIÇÕES GERAIS DE PAGAMENTO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA-----

15.1 – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relacionada com os aditamentos aos contratos celebrados em 30 de março de 2010, relativos ao pagamento a fornecedores e de vencimentos apresentados pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira, CRL, resultantes da Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA).-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor da informação, aceitar os aditamentos aos contratos, celebrados em 30/3/2010, relativos ao pagamento a fornecedores e de vencimentos, apresentados pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira, CRL, sendo que os mesmos resultam da criação da Área Única de pagamentos em Euros (SEPA), no âmbito do Decreto-Lei n.º 141/2013, de 18 de outubro.-----

Não estava presente o senhor vice-presidente, que a seguir à votação regressou à sala.-----

16 – FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS-----

16.1 – Ajuste Direto para a Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudo Geológico Geotécnico, no Âmbito do Projeto de Reabilitação do Espaço da Antiga Matriz de Albufeira/ atual quintal da Câmara Municipal – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a emissão de parecer prévio vinculativo.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da ficha de instrução e da informação apresentadas, emitir parecer prévio vinculativo favorável à celebração deste ajuste direto.-----

17 – TRANSPORTES ESCOLARES -----

17.1 – Apreciação e deliberação sobre proposta do vice-presidente da câmara visando a disponibilização de transporte solicitado pela **Escola Secundária de Albufeira** para visita de estudo a Sintra. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

18 – CANTINAS ESCOLARES -----

18.1 – Apreciação e deliberação sobre proposta do vice-presidente da câmara visando aprovar a restituição do valor pago pelas senhas de refeição da aluna **Matilde Maria Santos Duarte**. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

19 – SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO -----

19.1 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a atribuição do subsídio de arrendamento a **Maria Helena Martins Ferreira Alves**.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, atribuir subsídio de arrendamento à candidata Maria Helena Martins Ferreira Alves (candidatura n.º 41/2015), no valor de duzentos euros mensais, com efeitos a partir do início do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, inclusive.-----

19.2 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a atribuição do subsídio de arrendamento a **António João Fernandes**. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, atribuir subsídio de arrendamento ao candidato António João Fernandes (candidatura n.º 44/2015), no valor de cento e oitenta euros mensais, com efeitos a partir do início do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, inclusive. -----

19.3 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a atribuição do subsídio de arrendamento a **Carminda Vieira Alves**. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, atribuir subsídio de arrendamento à candidata Carminda Vieira Alves (candidatura n.º 54/2015), no valor de duzentos euros mensais, com efeitos a partir do início do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, inclusive.-----

19.4 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a atribuição do subsídio de arrendamento a **Elisa Hilário Masine**.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, atribuir subsídio de arrendamento à candidata Elisa Hilário Masine (candidatura n.º 66/2015), no valor de cento e cinquenta euros mensais, com efeitos a partir do início do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, inclusive. -----

19.5 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a atribuição do subsídio de arrendamento a **Maria de Fátima Teixeira Rebelo**.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, atribuir subsídio de arrendamento à candidata Maria de Fátima Teixeira Rebelo (candidatura n.º 13/2016), no valor de duzentos euros mensais, com efeitos a partir do início do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, inclusive. -----

19.6 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relacionada com a não atribuição do subsídio de arrendamento a Ilda Maria Veneranda. -----

Foi deliberado, por unanimidade, considerando as razões invocadas e o teor da informação, manifestar a intenção de indeferir a atribuição do subsídio de arrendamento à candidata Ilda Maria Veneranda (candidatura n.º 14/2016). -----

Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos décimo segundo, centésimo vigésimo primeiro e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao beneficiário o prazo de dez dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto. -----

20 – ACORDOS

20.1 – Apreciação e deliberação sobre proposta vereadora Ana Vidigal visando a celebração da Adenda ao Acordo de Intervenção Social entre o Município de Albufeira, a Junta de Freguesia de Paderne, a Fábrica da Igreja Paroquial de Paderne e Maria José Santos, no âmbito do Gabinete da Família. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

21 – PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2016 -----

21.1 – Tomada de conhecimento sobre o Plano de Atividades do Serviço Municipal de Proteção Civil para o ano de 2016. -----

Foi tomado conhecimento. -----

22 – PROCESSO 185/10.8 BELLE-A - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LOULÉ -----

22.1 – Tomada de conhecimento do teor das informações dos serviços relativas ao Processo 185/10.8 BELLE-A e eventual deliberação nesta matéria. -----

Foi tomado conhecimento. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor presidente ausentou-se da sala, tendo assumido a presidência o senhor vice-presidente. -----

23 – PROCESSO 846/09.4-A BELLE-A - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LOULÉ -----

23.1 – Tomada de conhecimento do teor da sentença proferida no processo 846/09.4-A BELLE-A e eventual deliberação nesta matéria. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, sem prejuízo do recurso jurisdicional a interpor, iniciar os procedimentos para cumprimento da decisão judicial logo que a mesma transite em julgado. -----



Não estava presente o senhor presidente, que a seguir à votação regressou à sala reassumindo a presidência. -----

24- PROCESSO DISCIPLINAR -----

24.1 – Processo 536/12.0 – Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé (Ação Administrativa Especial) - Apreciação e deliberação sobre informação do senhor Consultor Jurídico relacionada com a impugnação de demissão disciplinar. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento da informação verbal prestada nesta reunião pelo mandatário judicial do município, quer quanto à decisão de fundo, quer quanto à questão dos danos não patrimoniais em que a autarquia foi condenada.-----

No que diz respeito à reintegração ordenar aos serviços da DGF que procedam ao cálculo.-----

Face à informação verbal aqui prestada pelo digno mandatário judicial Dr. Paulo Martins, deverá a câmara acolher a douta decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé no que concerne à nulidade da deliberação, e em consequência, reintegrar o trabalhador no seu posto de trabalho e pagar-lhe os salários e demais abonos que lhe são devidos.-----

Já quanto à condenação a título de danos não patrimoniais e nesta parte tendo em atenção a informação do Digníssimo mandatário deve interpor-se recurso.-----

Notifique-se o trabalhador para se apresentar ao serviço no dia 1 de março de 2016, pelas 9 horas, para iniciar o trabalho que lhe for distribuído pela sua superior hierárquica.-----

Oficie-se à CGA e ISS para se saber se o referido trabalhador tem registo de descontos no período decorrido desde a sanção disciplinar.-----

25 – OBRAS MUNICIPAIS -----

25.1 – Empreitada de “Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos no Concelho de Albufeira” - Apreciação e deliberação sobre auto de receção provisória. -----

Foi deliberado, por unanimidade, homologar o auto de receção provisória.-----

25.2 - Concurso Público para “Pavimentação de Arruamentos da Zona do Montechoro” – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a aprovação do Plano de Prevenção e Gestão de RCD. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o plano.-----

26 – FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS -----

26.1 – Ajuste direto para sinalização horizontal e vertical - Execução de pinturas no município de Albufeira – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relacionada com a emissão de parecer prévio vinculativo. -----

Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado para melhor instrução.-----

27 – SUBCONCESSÃO ALGARVE LITORAL -----



27.1 – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relacionada com o pedido de parecer relativo ao desvio provisório de tráfego para a execução de separador central na EN 125 entre a futura rotunda de Boliqueime e a passagem superior ao caminho de ferro da Maritenda. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações dos serviços e nos termos das mesmas emitir parecer desfavorável. -----

28 – FORNECIMENTO DE ÁGUA -----

28.1 – Tomada de conhecimento do teor do relatório definitivo dos serviços relativo à suspensão do fornecimento de água – fatura do mês de outubro. -----

Foi tomado conhecimento. -----

28.2 – Tomada de conhecimento do teor do relatório provisório dos serviços relativo à suspensão do fornecimento de água – fatura do mês de novembro. -----

Foi tomado conhecimento. -----

28.3 – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relativa à suspensão do fornecimento de água – fatura do mês de dezembro. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a suspensão de fornecimento de água aos locais de consumo contantes da Listagem Anexa, nos precisos termos da informação dos serviços, sem prejuízo de se não proceder à efetiva suspensão, quando, até esse momento, se comprove a liquidação da fatura que a determinou. -----

28.4 – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relativa ao pagamento de faturas em prestações, solicitado por Montechoro – Empresa de Investimentos Turísticos, S.A. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta e nos termos da informação manifestar a intenção de indeferir o pedido. -----

Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos décimo segundo, centésimo vigésimo primeiro e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao requerente o prazo de dez dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto. -----

29 – FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS -----

29.1 – Aquisição de serviços de manutenção de lagos e fontes no município de Albufeira – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relacionada com a emissão de parecer prévio vinculativo. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da ficha de instrução e da informação apresentadas, emitir parecer prévio vinculativo favorável à celebração desta aquisição de serviços. -----

30 – PROPRIEDADE HORIZONTAL -----

30.1 – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relacionada com a emissão de certidão de constituição de propriedade horizontal, na Quinta da Palmeira, Zona C, 5.ª fase. -----

Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado para melhor instrução.-----

31 – PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES-----

31.1 – Apreciação e deliberação dos assuntos constantes nas folhas anexas.-----

Deliberações em anexo.-----

O texto destas deliberações foi aprovado em minuta, no final da reunião nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

Albufeira, 10 de fevereiro de 2016

O presidente da Câmara Municipal

A secretária da reunião



Carlos Silva e Sousa



Carla Farinha

531



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

[Handwritten mark]

[Handwritten marks]

**Reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2016
Processos de Obras Particulares**

Dos pareceres, autos e informações referidas nas deliberações que seguem, relativas a processos de obras particulares, foram extraídas fotocópias pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, que foram rubricadas pelos Senhores Membros do Executivo e se destinam a arquivo na pasta de documentos respeitante à presente reunião.

As descrições dos pedidos que se seguem, relacionadas com este tema, tiveram minutas elaboradas sob a responsabilidade do mesmo departamento.



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

Reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2016

DELIBERAÇÃO

1

Requerimento (s) n° (s): 28561 PU de 27-07-2015 e 28561 de 27-07-2015
Processo n°: 6EA/2015
Requerente: Rui Alberto Araújo Carvalho
Local da Obra: Quinta da Correeira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água
Assunto: Licença - Recinto - Instalação de circo
Prazo ultrapassado

Foi, por unanimidade _____, indeferido o pedido, tendo em conta o parecer técnico de 26/01/2016 e com os fundamentos referidos na deliberação camarária de 26/08/2015.

Não estavam presentes os senhores vereadores



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

Reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2016

DELIBERAÇÃO

2

Requerimento (s) nº (s): 18372 de 13-05-2015; 30210 de 07-08-2015 e 573 de 07-01-2016

Processo nº: 371/1988

Requerente: Eduardo Manuel Coelho Adrião

Local da Obra: Patã de Baixo, freguesia de Albufeira e Olhos de Água

Assunto: Licença - Alteração de um edifício de habitação colectiva, construção de telheiro, arrumos e piscina

Apreciação de licenciamento

Foi, por unanimidade _____, deferido o pedido de licença tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de 27/01/2016 e informação da DOP de 13/01/2016.

Não estavam presentes os senhores vereadores



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

Reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2016

DELIBERAÇÃO

3

Requerimento (s) nº (s): 6912 de 23-02-2015; 24718 de 25-06-2015 e 45502 de 10-12-2015
Processo nº: 7/2015
Requerente: José António Guerreiro Caço
Local da Obra: Olhos de Água, freguesia de Albufeira e Olhos de Água
Assunto: Licença - Alteração de edifício destinado a habitação, restauração e bebidas
Apreciação de licenciamento

Foi, por unanimidade _____, deliberado notificar o requerente que, nos termos e com os fundamentos expressos no parecer técnico de 26/01/2016, que se dá por reproduzido, e com o qual esta Câmara concorda, se prevê o indeferimento do pedido.

A notificação deverá conter cópia integral do referido parecer, o convite para o interessado se pronunciar, querendo, por escrito, no prazo de 60 dias contados sobre a data de receção da mesma, sobre o sentido e conteúdo da decisão agora enunciada, nos termos e para os efeitos previstos nos arts. 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, e, ainda, a indicação de que o processo poderá ser consultado no balcão de atendimento da Divisão de Obras Particulares desta Câmara Municipal, durante os dias úteis, entre as 09h00 e as 16h00.

Não estavam presentes os senhores vereadores



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

Reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2016

DELIBERAÇÃO

4

Requerimento (s) nº (s): ECMA43524 de 26-11-2015

Processo nº: 362/1981

Requerente: José Marques Grácio

Local da Obra: Forte São João, freguesia de Albufeira e Olhos de Água

Assunto: Pedido de certidão em como o requerente cedeu para alargamento da via pública (Rua Columbano Bordalo Pinheiro) a área de 101,000m² no lote 1 do loteamento titulado pelo alvará de loteamento nº 4/81

Foi, por unanimidade _____, deliberado transmitir ao requerente a informação técnica datada de 28/01/2016.

Não estavam presentes os senhores vereadores



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

Reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2016

DELIBERAÇÃO

5

Requerimento (s) nº (s): 46242 de 29-12-2014
Processo nº: 168/1983 pertencente a Carlos Alberto de Melo Vidal
Requerente: José Manuel Leal Bouças Unipessoal, Lda
Local da Obra: Rua Fernão Magalhães lotes 11 e 12, Cerro Branco, freguesia de Albufeira e Olhos de Água
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo concedido por deliberação camarária de 03/12/2014 e 04/02/2015, relativo ao pedido de vistoria de conservação do edificado

Foi, por unanimidade _____, deliberado prorrogar o prazo concedido por deliberação de câmara de 03/12/2014 e 04-02-2015, por mais 30 dias, tendo em conta o parecer da Divisão Jurídica e Contencioso datado de 21/01/2016.

Não estavam presentes os senhores vereadores
